



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO

Gerência de Logística e Recursos Humanos

TERMO DE REFERÊNCIA

DATA	Órgão Solicitante	Número da Unidade de Compra
15/10/2021	ARMVA	2461022

Responsável pelo Pedido	Gerência
Nome: Lucas Ferreira da Silva E-mail: lucas.ferreira@agenciarmva.mg.gov.br Ramal para contato: (31)21099350	Logística e Recursos Humanos

1. OBJETO:

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a prestação de serviços de manutenção e reparo, incluindo recarga de 3 (três) extintores da Agência RMVA, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento e abaixo discriminadas:

Lote	Item	Código do item no SIAD	Quant.	Unid. de aquisição	Descrição do item CATMAS	Valor Total
Único	1	000003557	3,00	Unidade	MANUTENCAO E REPARO EM EXTINTORES DE INCENDIO - INCLUSIVE RECARGA	R\$ 140,00

1.2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:

1.2.1. Serviço de Recarga de extintores de combate a incêndio sendo: 02 BC, 6Kg e 1 AA, 10L, conforme imagens anexas à ID 36633063.

2. DOS LOTES

2.1. Lotes exclusivos ou reservados à ME/EPP, conforme art. 48, inciso I, da LC 123/2006 c/c art. 8º do Decreto Estadual nº 47.437/2018.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1. O extintor de incêndio é um equipamento necessário para medidas emergenciais de combate a incêndios, e sua carga deve ser substituída e realizado a manutenção de segundo nível após o vencimento de seu prazo de validade, para que o equipamento mantenha sua eficácia, de acordo com as normas vigentes

3.2. A recarga e manutenção de segundo nível dos extintores, justifica-se pela necessidade de atender às normas de segurança quanto à prevenção e combate de incêndios, visando garantir a segurança dos servidores e público em geral da Agência RMVA.

4. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

4.1. Por se tratar de serviço comum, uma vez que descrição dos itens foi devidamente definida, utilizando especificações usuais no mercado, podendo, portanto, alcançar um maior número de participantes e atingindo o menor e melhor preço a ser contratado e considerando o valor estimado da aquisição, será realizada a dispensa de licitação por valor, por meio de cotação eletrônica de preços.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Não se aplica.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**7.1. Prazo da prestação dos serviços:**

7.1.0.1. Até **15 (dez) dias úteis** contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Serviço ou documento equivalente.

7.1.0.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação.

7.2. Do local da prestação dos serviços:

7.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Zita Soares de Oliveira, nº 212, 3ª andar, Centro, Ipatinga-MG, no horário de 09h às 16h.

7.3. Condições de recebimento:

7.3.1. Os serviços serão recebidos:

7.3.1.1. Provisoriamente, no ato da prestação em que se observará:

7.3.1.1.1 A escolha da metodologia de trabalho e os produtos utilizados deverão ficar a cargo da empresa, devendo estar em consonância com as determinações Federais, Estaduais e Municipais legais e normativas vigentes.

7.3.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade da prestação e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 5 dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

7.3.2. O recebimento/aprovação dos serviços pela Agência RMVA não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

9. DO CONTRATO

9.1. O instrumento contratual será substituído por nota de empenho e/ou autorização de fornecimento emitida pelo Portal de Compras/MG. Então, não se aplica contrato, uma vez que a entrega será única e integral, considerada aquela com prazo inferior a 30 dias e que não gere obrigação futura.

10. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:

10.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, como representante da Administração.

10.1.1. Ficam designados os servidores: Lucas Ferreira da Silva (1432639-1), Katia Regina Santana de Souza (1395791-5);

10.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do serviço, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

10.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

10.4. O Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Termo de Referência, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

10.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

10.5.1. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

11. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

11.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento em vigor: 2461 15 127 064 4268 0001 33 90 39 21 1 10 1.

12. **DAS GARANTIAS:**

12.1. **Garantia de execução:**

12.1.1. Não será exigida garantia de execução para este objeto.

12.2. **Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional:**

12.2.1. Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis); (90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

13. **DA SUBCONTRATAÇÃO:**

13.1. Vedada a subcontratação.

14. **OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

14.1. **Da Contratada:**

14.1.1. Prestar o serviço nas quantidade, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

14.1.2. Emitir fatura no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

14.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

14.1.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

14.1.5. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

14.1.6. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

14.1.7. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.

14.2. **Da Contratante:**

14.2.1. Acompanhar e fiscalizar os serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

14.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

14.2.3. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

14.2.4. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

14.2.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

14.2.6. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

14.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

14.2.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

14.2.9. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.1.1. advertência por escrito;

15.1.2. multa de até:

15.1.2.1. 0,3% por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

15.1.2.2. 20% sobre o valor da prestação de serviços após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas ;

15.1.2.3. 2% sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

15.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

15.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual;

15.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

15.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 15.1.1, 15.1.3, 15.1.4, 15.1.5.

15.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

15.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

15.7. As sanções relacionadas nos itens 15.1.3, 15.1.4 e 1.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

15.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

15.8.1. Retardarem a execução do objeto;

15.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

15.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

15.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

Ipatinga, 15 de outubro de 2021.

Responsável:

Lucas Ferreira da Silva
MASP 1432639-1

Aprovação:

João Luiz Teixeira Andrade
MASP 752766-6



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Ferreira da Silva, Gerente**, em 15/10/2021, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Luiz Teixeira Andrade, Diretor(a) Geral**, em 15/10/2021, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36557250** e o código CRC **44628942**.

Referência: Processo nº 2460.01.0000018/2021-10

SEI nº 36557250

de Martins L.A.
PÓ QUÍMICO SECO BC - PRESSURIZAÇÃO DIRETA
INSTRUÇÕES DE OPERAÇÃO

1. PUXE A TRAVA ROMPENDO O LACRE
E SEQUE NA POSIÇÃO VERTICAL.

2. DESLACE A MANGUEIRA E DIRECIONE
PARA A BASE DO FOGO.

3. PULTE O GATILHO ATÉ O FIM,
EXPULSANDO O PÓ.

Grupo Scale - denilson@gruposcale.com.br
Denilson Raimundo - Membro do CB - 24 ABNT

 EQUIPAMENTOS
ELÉTRICOS



MANUTENÇÃO/RECARGA
O extintor deve ser recalibrado pelo INMETRO.
A cada 12 meses.
IMEDIATAMENTE APÓS O USO OU AO TÉRMINO DA GARANTIA.
O extintor deve ser recalibrado a cada 5 anos.

REPARAÇÕES E RECARGAS DEVERÃO SER EFETUADAS EM EMPRESAS REGISTRADAS NO INMETRO.

DADOS TÉCNICOS

AGENTE EXTINTOR: BICARBONATO DE SÓDIO (NaHCO_3)

Temperatura de utilização: -10°C a 50°C .
Resistente a ataques químicos e físicos, exceto por solventes orgânicos, plásticos e lacres de garantia.

Pressão de teste: 1,6 a 1,3 MPa.

Garantia: 5 anos ou 12 meses, conforme o manual do fabricante se houver ou a NBR 12.962.

CLASSIFICAÇÃO NOMINAL

Capacidade nominal em kg: 8 kg, 12 kg, 20 kg

CAPACIDADE EXTINTORA	
5:B-C	10:B-C
20:B-C	30:B-C
40:B-C	

Registro no INMETRO SOB O Nº 004355/2013

3842-2169 / 3841-4988

AV. CALADINHO DE CIMA - CEL. FABRICIANO - MG
CNPJ: 05.931.424/0001-93

AG EXTINTORES

Ag e Martins Extintores Ltda. - ME

POWDER DE PÓ QUÍMICO SECO BC - PRESSURIZAÇÃO DIRETA

INSTRUÇÕES DE OPERAÇÃO

PUXE A TRAVA ROMPENDO O LACRE
E SEQUE NA POSIÇÃO VERTICAL.

LIBERE A MANGUEIRA E DIRECIONE
PARA A BASE DO FOGO.

APERTE O GATILHO ATÉ O FIM,
ESPALHANDO O PÓ.

Grupo Scala - denilson@gruposcala.com.br
Denilson Raimundo - Membro do CB - 24 ABNT

EQUIPAMENTOS
ELÉTRICOS



MANUTENÇÃO/RECARGA

MANUTENÇÃO DE INMETRO.
A CADA 12 MESES.

RECARGA IMEDIATAMENTE APÓS O USO OU AO TÉRMINO DA GARANTIA.
O PRAZO MÁXIMO A CADA 5 ANOS.

RECARGAS DEVERÃO SER EFETUADAS EM EMPRESAS REGISTRADAS NO INMETRO.

DADOS TÉCNICOS

AGENTE DE BICARBONATO DE SÓDIO (NaHCO_3)

TEMPERATURA: -10° A 50° C.

PROTEÇÃO CONTRA DEFEITOS, DESDE QUE

FORNHECIDA EM LACRE PLÁSTICO E LACRE DE GARANTIA.

PROTEÇÃO A 20° C. 1,0 A 1,3 MPa.

CONSULTAR MANUAL DO FABRICANTE SE HOUVER OU A NBR 12.962.

CARGA NOMINAL

8 kg

12 kg

20 kg

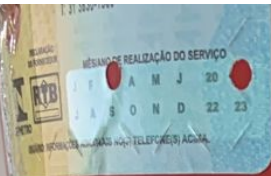
REGISTRO NO INMETRO SOB O Nº 004355/2013

(31) 3842-2169 / 3841-4988

AV. NEVES, 4761 - CALADINHO DE CIMA - CEL. FABRICIANO - MG

CNPJ: 05.934.424/0001-93

CAPACIDADE EXTINTORA	
5:B-C	10:B-C
20:B-C	30:B-C
40:B-C	



ESPERANÇA ESPERANÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 66.221.805/0001-73
AV. JOSE RAMUNDO, 3415 - GRANJAS VAGALUME
PATRIZIA - MG - CEP: 35.164-013
extintoresesperanca@hotmail.com

(31) 3830-1300
(31) 3824-1003

PROXIMA MAN. DE 1º NÍVEL	PROXIMA MANUTENÇÃO 2º NÍVEL
ABR	TESTE HIDROSTÁTICO
2021	2022
2023	2024
2025	2026

1º ☒ 2º ☒ 3º ☐

ÁGUA

B LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS

C EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS



PROIBIDO

PROIBIDO

PROIBIDO

PROIBIDO

PROIBIDO

PROIBIDO

MANUTENÇÃO

Inspeccionar o extintor a cada 12 meses e enviá-lo para manutenção em empresa registrada no INMETRO

Caso o indicador de pressão esteja fora da faixa de operação, enviar o equipamento para manutenção em empresa registrada no INMETRO.

Recarregar, quando aplicável, imediatamente após o uso ou ao término da garantia.

CARGA NOMINAL

10 LITROS

CAPACIDADE EXTINTORA

<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
2A	3A

DADOS TÉCNICOS

CARGA
Água Potável H₂O

GÁS EXPELENTE
Nitrogênio N₂

FAIXA DE TEMPERATURA
DE CARREGAMENTO
4°C a 45°C

PRESSÃO NORMAL
DE CARREGAMENTO
1.0 Mpa a 20°C

Ingresso por 25.182.395/0001-11 - Extingir

